

PAULO VICTOR DA SILVA FILGUEIRA

**DESVENDAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA E AÇÕES DE
DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE INDÍGENA CATU PARA A
SUSTENTABILIDADE**

Trabalho de Conclusão do Curso (Artigo Científico) apresentado ao curso de Pós-Graduação em Uso Sustentável de Recursos Naturais, Mestrado Profissional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais, na linha de pesquisa em Sustentabilidade e Gestão dos Recursos Naturais.

Orientador: Dr. Valdenildo Pedro da Silva

NATAL
2019

PAULO VICTOR DA SILVA FILGUEIRA

**DESVENDAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA E AÇÕES DE
DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE INDÍGENA CATU PARA A
SUSTENTABILIDADE**

Trabalho de Conclusão do Curso (Artigo Científico) apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Uso Sustentável de Recursos Naturais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais, na linha de pesquisa em Sustentabilidade e Gestão dos Recursos Naturais.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado em: 27/06/2019 pela seguinte banca examinadora:

BANCA EXAMINADORA



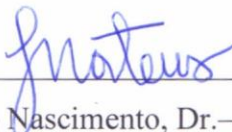
Valdenildo Pedro da Silva, Dr. – Presidente

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte



Fabíola Gomes de Carvalho, Dra. – Examinadora interna

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte



José Mateus do Nascimento, Dr. – Examinador interno

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte



Diego Marcos Barros de Castro, Me. – Examinador externo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**DESVENDAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA E AÇÕES DE
DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE INDÍGENA CATU PARA A
SUSTENTABILIDADE**

**UNVEILING THE LIVING CONDITIONS AND DEVELOPMENT ACTIONS OF
CATU INDIGENOUS COMMUNITY FOR SUSTAINABILITY**

Paulo Víctor da Silva Filgueira*
Valdenildo Pedro da Silva**

RESUMO: Estratégias de desenvolvimento local, quando implantadas de cima para baixo em comunidades tradicionais, como as indígenas, em grande parte não têm elevado os padrões de vida entre as pessoas mais pobres e o seu meio vivencial. Portanto, objetiva-se com esse estudo analisar as condições de vida e ações de desenvolvimento da comunidade indígena Catu, situada entre os municípios de Goianinha e Canguaretama no Rio Grande do Norte, através da participação dos indígenas, visando à sustentabilidade. A pesquisa é classificada como qualitativa, pois busca-se a compreensão subjetiva dos povos indígenas utilizando, para isto, o Diagnóstico Rural Participativo. É, também, exploratória e descritiva. Destacaram-se como potencialidades locais; o turismo pedagógico; a agricultura de base familiar para fins de subsistência e comercial; a piscicultura; o modo de vida tradicional e de resgate de valores e costumes e como agravantes à vida e ao desenvolvimento com liberdades; baixa escolaridade; ausência de demarcação de terras; de assistência técnica; de cooperativa de produtores; destinação inadequada de resíduos sólidos; vias de acesso precárias; e sobretudo da pressão socioambiental resultantes de atividades econômicas do cultivo da cana-de-açúcar e da urbanização contemporânea que só ameaçam a sustentabilidade da comunidade indígena Catu. Em síntese, o desenvolvimento de cima para baixo ou exógeno, elucidado pela pesquisa, só influencia negativamente a manutenção da comunidade indígena, pondo em risco o território vivencial e suas tradições, além da própria liberdade de viver de forma serena, convivial e duradoura.

Palavras-chave: Diagnóstico rural participativo. Sustentabilidade. Comunidade Catu. Cultura indígena.

ABSTRACT: Strategies developed to improve the lives of people in indigenous communities have not worked when they are created without dialogue with these communities. For this reason, this research aims to analyze the living conditions of Catu indigenous community, located between Goianinha city and Canguaretama city, in the State of Rio Grande do Norte, to create more effective strategies adapted to this community. This research is classified as qualitative, because it seeks the subjective understanding of indigenous peoples using, for this, Participatory Rural Diagnosis. It is also exploratory and descriptive. The result of the research provided a diagnosis and action plan more adapted to the reality of this indigenous community and its surroundings, since the community participated actively through texting, illustrations and reporting about their way of life, culture and their environment.

*Aluno do Programa de Pós-Graduação em Uso Sustentável de Recursos Naturais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

** Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Uso Sustentável de Recursos Naturais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Analyzing the information provided from the indigenous community we could see, as the Community potential it's their rich cultural heritage and we can perceive that the greatest threat to the community is the cultivation of sugar cane and the growth of urbanization around. In short, we realize that the development of projects for this indigenous community can not be done without the dialogue with the community, because otherwise its not effective and can put at risk the Catu indigenous community and their traditions.

Key words: Participatory rural diagnosis. Sustainability. Catu community. Indigenous culture.

1 INTRODUÇÃO

Estratégias de desenvolvimento local de cima para baixo, em comunidades tradicionais, em destaques as indígenas, em grande parte não têm elevado os padrões de vida entre as pessoas mais pobres e o seu meio vivencial. As comunidades indígenas, compreendidas por suas relações intrínsecas de parentesco, de vizinhança, de ligações com a natureza e pelo uso de meios comuns para obter fins comuns (ARRUTI, 1997; FICHTER, 1973), estão em face a um mundo em transe e de agudizadas transformações socioculturais e ambientais ocasionadas por ações antropogênicas.

Tais comunidades, caracterizadas pela reafirmação da sua história, sua cultura e seus saberes tradicionais praticados de geração a geração (CHAMBERS, 1997), vêm enfrentando atividades de desenvolvimento exógeno, que são frustrantes e inadequadas aos propósitos de participação local.

Esse tipo de desenvolvimento insustentável pouco contribui para que se conheçam as estruturas, o funcionamento e os resultados dos sistemas de produção, de comercialização e das organizações dos produtores e de seus aspectos críticos de disfunção, na busca de priorização de intervenções comunitárias, buscando melhorar, assim, os padrões e condições de qualidade de vida, de bem-estar social e de liberdades múltiplas de povos indígenas no período atual (CHAMBERS, 1994; NARAYANASAMY, 2009; VON DER WEID, 1991; VERDEJO, 2006; SEN, 2000).

No contexto vigente de desenvolvimento, a sustentabilidade em comunidades indígenas perpassa pela gestão dos recursos naturais e pelo bem-estar humano, através de um envolvimento de ações que fortalecem a identidade e as tradições locais rumo a um desenvolvimento local partilhado (GALLOIS, 2005; BROSTOLIN, 2002; ARAÚJO et al., 2017). Nesse contexto, alia-se ao desenvolvimento insustentável, entendido esse como o que não atende ao fortalecimento da comunidade indígena e à promoção de um desenvolvimento de baixo para cima mais equitativo e sustentável de longo prazo (TOLEDO et al., 2003), a frágil literatura veiculada até então, que presta atenção às visões e ações em nível da comunidade local para responder aos desafios de vivência e mudanças da modernidade sobre os povos indígenas (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS, 2006), que só têm reafirmado a implementação de projetos de desenvolvimento ameaçadores à extinção da cultura nativa, dos valores e dos costumes biossociais.

Desse modo, o presente estudo possui sua relevância, devido a uma extensa lacuna de trabalhos científicos que priorizam ações de desenvolvimento como liberdade, baseando-se nas ideias de Sen (2000), de baixo para cima, de uma população ativamente integrada e capacitada que sabe construir suas próprias realidades socioespaciais degradantes ambientalmente e manter seus costumes e valores de forma duradoura e forte entrelaçamento com o seu *substratum* vivencial (CHAMBERS, 1997).

Essa realidade veio à tona por ocasião de uma pesquisa exploratória (GIL, 2002), desenvolvida a partir de 2017 na comunidade indígena Catu, geograficamente situada entre os municípios de Goianinha e Canguaretama no estado do Rio Grande do Norte (RN), separada fisicamente em dois distritos por meio do Rio Catu. Etimologicamente, o termo Catu origina-

se do Tupi-Guarani que significa “bom”, “bonito”, “agradável” (SILVA, 2007). Nessa comunidade indígena, residem cerca de 1.100 membros, dos quais 726 são indígenas, residentes de 203 domicílios familiares (BEZERRA, 2017).

Os indígenas da comunidade objeto de estudo estão inseridos no contexto da etnogênese, processo recente e relevante interpretado como um “despertar étnico” dos povos indígenas que foram por muito tempo silenciados em narrativas históricas produzidas por intelectuais do Rio Grande do Norte que apontavam para o desaparecimento dos povos indígenas em terras potiguares (CAVIGNAC, 2003; SILVA, 2016).

Os indígenas da comunidade Catu têm sobrevivido às intempéries da contemporaneidade e às pressões sobre as atividades agrícolas de cunho familiar do cultivo da batata, do feijão, do milho, da macaxeira e das hortaliças comercializadas em feiras livres da redondeza, além de pequenas criações de animais, a exemplo de aves, suínos e bovinos.

Na contramão desse desenvolvimento, sazonalmente realizam, ainda, práticas de coleta de mangaba e pesca no rio Catu, principal manancial para a vida dos índios, mas que tem passado por processos de degradação ambiental devido à hegemonia de um desenvolvimento econômico catastrófico de desmatamento, de redução da biodiversidade e de uma outra estratégia de manejo florestal em seu entorno.

Tal desenvolvimento, por sua vez, é movido pela produção de cana-de açúcar, da carcinicultura e da intensa urbanização, que só faz negligenciar e expurgar a autonomia e a gestão dos recursos naturais aos próprios indígenas. Assim, tem ignorado as percepções, as necessidades e a compreensão dos residentes do Catu e, a priori, levado a consequências de empobrecimento da terra, da biota e do seu povo.

A partir dessas considerações, questionou-se: quais são os atuais padrões de condições de vida e os projetos de ações de desenvolvimento local sob o ponto de vista dos povos indígenas da comunidade indígena, localizada entre os municípios de Canguaretama e Goianinha-RN, visando à sustentabilidade da comunidade?

Nessa perspectiva, objetiva-se analisar as condições de vida e ações de desenvolvimento da comunidade indígena de Catu, situada entre os municípios de Goianinha e Canguaretama no Rio Grande do Norte, através da participação dos indígenas, visando à sustentabilidade.

Este artigo, além da introdução, que contempla a tematização teórico-empírica, a questão de estudo e o objetivo central, é constituído pelas seções de: metodologia, com as fontes e os procedimentos da pesquisa; resultados e discussão, que expõe a situação das condições de vida e o plano de ação participativo para a sustentabilidade da comunidade indígena; e considerações finais.

2 METODOLOGIA

A comunidade Catu, localizada na microrregião litoral sul, região agreste do Rio Grande do Norte possui um difícil acesso através de estradas carroçáveis, conforme figura 1. A vegetação é composta por floresta subperifólia, situada em solo recoberto por camadas de húmus, com a presença de árvores densas, perenes, latifoliadas e troncos delgados (IDEMA, 2008). O ecossistema encontrado na comunidade possui grande diversidade, onde encontra-se vegetação tipicamente litorânea, remanescente de mata atlântica, presença de caatinga, de vegetação de restinga e, em algumas áreas, várzea, existindo ainda devido a zona de transição entre o litoral e o agreste, há presença de cactáceas (LELIS; LIMA, 2015).

Figura 1: Estrada de acesso ao Catu



Fonte: Elaboração própria (2019).

Esta pesquisa é classificada como qualitativa (GODOY, 1995), pois centrou-se na compreensão subjetiva dos povos indígenas acerca dos seus padrões de vida e na busca de planos de ações comunitárias a partir das opiniões e depoimentos dos indígenas locais para a sustentabilidade.

Em relação aos objetivos, a pesquisa é exploratória, pois utilizou, dentre outros procedimentos, o levantamento de dissertações, teses e livros acerca do tema da pesquisa e da comunidade objeto de estudo, nos repositórios da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), e de artigos de periódicos qualificados nas bases *Scopus*, *SciELO* e *ScienceDirect*. Além disso, realizou-se análise de documentos cedidos pela Associação de Moradores do Vale do Catu, pelas Prefeituras Municipais de Goianinha e de Canguaretama e pela Fundação Nacional do Índio (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 2006); bem como observações não-participantes (LAKATOS; MARCONI, 2003) e entrevistas semiestruturadas (GIL, 2002; GODOY, 1995) com 18 famílias indígenas. Nesse contexto, a pesquisa é, também, descritiva, pois esse é um tipo de estudo que, indutivamente, costuma ser direcionado ao longo de seu desenvolvimento, logo, não se baseia na quantificação dos dados, mas na descrição e explicação por meio do contato do pesquisador com o objeto da pesquisa (GIL, 2002; GODOY, 1995; VIEIRA; ZOUAIN, 2005).

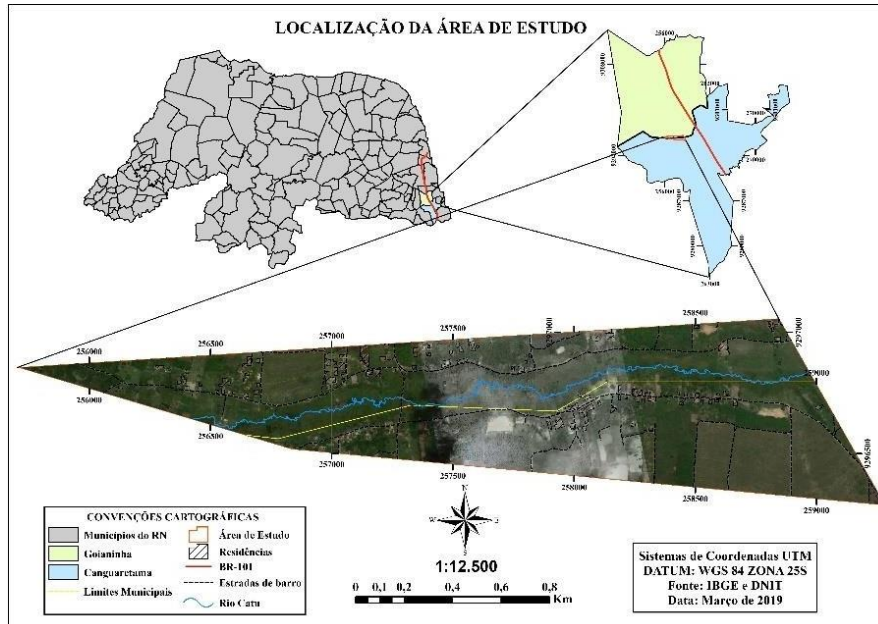
Para atingir os objetivos do estudo, adotou-se o estudo de caso (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007). Escolheu-se a comunidade indígena como área de estudo, pois nela residem povos que recentemente labutam pelo reconhecimento étnico identitário¹ de terra indígena, defendendo, no período atual, a manutenção da cultura indígena e a resiliência dos recursos naturais e do seu ambiente. Essa luta constitui o único instrumento para se reparar e mudar a história e o mapa de que inexistem populações indígenas com o fim da Guerra dos Bárbaros no Rio Grande do Norte (CASCUDO, 1955; MEDEIROS, 1973; LEMOS; MEDEIROS, 1980; MEDEIROS FILHO, 1997) e garantir os direitos constitucionais para esses povos.

Em um dos momentos das 12 visitas à comunidade, ocorridas entre os anos de 2017 e 2019, realizou-se, por meio do *Global Positioning System*, a marcação dos pontos extremos que restringisse e melhor representasse a localização geográfica da comunidade indígena, delimitando-se à área residencial do Catu. Para elaborar o Mapa 1, utilizou-se o software *Arcmap 10.5*, buscou-se informações e dados *shapes* da área delimitada no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e no Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes. Utilizou-se, ainda, uma imagem de satélite Landsat 5TM Sensor tal, pertencente a empresa

¹ Processo conhecido como etnogênese ou emergência étnica caracterizado pelo ressurgimento da afirmação e valorização das tradições indígenas (ARRUTI, 1995).

norte-americana Environmental Systems Research Institute (ESRI), gerando dados locais da comunidade indígena. Por fim, utilizou-se ferramentas do *ArcGIS*, software de desenvolvimento geoprocessamento da empresa norte-americana ESRI, para criar *shapes* para a finalização do cartograma, bem como a identificação das vias de acesso.

Mapa 1 – Localização geográfica da comunidade indígena Catu



Fonte: Elaboração própria (2018).

Realizou-se, também, uma oficina participativa durante a tradicional Festa da Batata², evento que marca, no dia 1º de novembro, o início da colheita do principal cultivo local. A Festa da Batata é um momento relevante para a comunidade em virtude da apresentação do Toré, ritual de diferenciação cultural frente aos não indígenas, constituindo-se na maior expressão de autoafirmação enquanto coletividade dos indígenas (SILVA, 2016).

A oficina contou com a participação de 33 pessoas, entre elas agricultores, estudantes e donas do lar e fundamentou-se em princípios e técnicas do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) propostos por Chambers (1992), Verdejo (2006) e Anyaegbunam et al. (2008).

A aplicação das técnicas caminhada transversal e entrevistas semiestruturadas, integrantes do método DRP, ocorreu entre os meses de março e dezembro de 2018 por ocasião das primeiras visitas realizadas individualmente a cada propriedade rural da comunidade indígena.

Por seu turno, diagnosticou-se as condições de vida e os planos de ações comunitárias do Catu, valendo-se do conhecimento produzido pela matriz forças, oportunidades, fraquezas e ameaças (FOFA), que permitiu a visualização dos problemas e potencialidades interna e externa à comunidade; pelo diagrama de *Venn*, com objetivo de realizar caracterização institucional, a exemplo da Associação de Moradores do Vale do Catu, do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN), FUNAI, IFRN, UFRN, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN), prefeituras municipais de Canguaretama e Goianinha, Companhia de águas e Esgotos do Rio Grande do Norte

² Constitui um dos mais tradicionais eventos socioculturais da comunidade que é realizada no mês de novembro para celebrar a colheita do principal cultivo da comunidade, bem como fortalecer a identidade étnica e suas tradições culturais mediante rituais indígenas, a exemplo do ritual do Toré (BEZERRA, 2017; SOUSA, 2016).

(CAERN), polícia militar e usinas do setor sucroalcooleiro; e pela árvore de problemas, a qual possibilitou um debate acerca dos problemas, das causas e das consequências das ações antrópicas na comunidade.

Todas as etapas foram, por sua vez, aplicadas durante o desenvolvimento de uma oficina de diagnóstico rural participativo no dia 1º de novembro de 2018 durante a tradicional Festa da Batata. As técnicas aplicadas do DRP centraram-se em desvendar os principais problemas e desafios enfrentados pela comunidade indígena nos dias atuais e, sobretudo, apresentar um plano de ações e soluções de intervenção mais prioritário aos anseios de desenvolvimento local.

O DRP do Catu foi conduzido de certa maneira com grupos focais, compreendendo moradores da comunidade indígena que se envolveram plenamente com o desenvolvimento das técnicas caminhada transversal, entrevistas semiestruturadas, matriz FOFA, diagrama de *Venn* e árvore de problemas (CHAMBERS, 1992; VERDEJO, 2006). Todos os participantes foram incentivados a refletir sobre a infraestrutura (recursos), estrutura (organização social), relações institucionais da comunidade com órgãos externos e superestrutura (cultura e valores que definem o padrão de vida local), assim como a respeito de como eles têm se organizado em seus espaços vivenciais e como têm evoluído ao longo dos últimos tempos.

As informações e conhecimentos gerados nas oficinas passaram pelo crivo e aprovação das principais lideranças da comunidade, dentre as quais destacaram-se o cacique Luiz Katu, a diretora Valda Arcanjo da escola municipal indígena João Lino e do diretor José Alexandria da escola municipal Alfredo Lima. Convém destacar que as entrevistas semiestruturadas, com apenas questões abertas, foram aplicadas no decorrer do mês de março de 2018. Essas entrevistas contaram com a participação de 18 famílias indígenas locais que sempre viveram no Catu e com a amostragem definida por meio do Critério de Saturação (SÁ, 1998; THIRY-CHERQUES, 2009)³, entre a faixa etária de 23 e 80 anos. Além disso, a fim de preservar o anonimato dos indígenas entrevistados, mesmo diante de autorização e consentimento de todos em participar desta pesquisa, utilizou-se algarismo indo-arábicos e letras do alfabeto e enumerou-se os entrevistados com o uso de tais caracteres.

A análise e a apresentação dos resultados do estudo embasaram-se na análise de conteúdo como técnica capaz de interpretar os dados de todos os tipos de documentos e de textos produzidos pela aplicação do DRP. A análise de conteúdo, além de possibilitar a interpretação após a coleta dos dados (tabulados em planilhas de *Microsoft Excel*), contribuiu para a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos dados e a interpretação (OLABUENAGA; ISPIZÚA, 1989).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

Na busca de informações sobre os problemas que causam entraves à sustentabilidade local e suas soluções, uma oficina participativa foi realizada durante a Festa da Batata. Na oficina, foram aplicadas as ferramentas, pertencentes do DRP, Diagrama de *Venn*, Árvore de Problemas e Matriz FOFA, ao passo que a Caminhada Transversal e as Entrevistas Semiestruturadas foram efetuadas em momentos distintos da oficina. Após a aplicação das ferramentas, foi possível analisar os grandes problemas vividos na comunidade indígena Catu, bem como as estratégias e as ações que podem atenuar a situação de insustentabilidade.

Os indígenas presentes na oficina, exceto as crianças, possuíam diversas ocupações, compondo um rol de agricultores, estudantes, domésticas, professores, artesãs, entre outros, distribuídos na faixa etária de 23 a 80. Estes sujeitos, nesse momento, tiveram a possibilidade de identificar os problemas locais através de diagramas que facilitaram a visualização e compartilhamento de experiências em seus aspectos históricos, culturais, ambientais, de uso e

³ Técnica de amostragem já consagrada que indica quando a coleta de dados não trará significativas alterações de conteúdo, devendo-se, portanto, ser finalizada.

ocupação da terra, de infraestrutura, de atividades praticadas, dentre outros. Consequentemente, oportunizou-se o autogerenciamento da comunidade indígena por meio da proposição de soluções (VERDEJO, 2006). Tais informações foram vitais para o conhecimento das prioridades locais no que se refere ao que é necessário para uma boa qualidade de vida, sendo fundamentais para o planejamento de ações que visam o bem-estar local.

Dentre os presentes na oficina do DRP, destacam-se lideranças indígenas, a exemplo de Luiz Katu, cacique, professor de Tupi Antigo nas escolas da comunidade e representante legal da comunidade perante a FUNAI; além de Valda, diretora da escola indígena João Lino da Silva e do diretor Alexandria da escola indígena Alfredo Lima. Esta escola, apesar de ainda não ser reconhecida oficialmente, mantém viva a tradição cultural, com o Tupi Antigo e a Etno-história presentes em sua grade curricular.

Para a realização da oficina em questão, iniciou-se com o Diagrama de *Venn* (Figura 2), que caracterizou as relações institucionais de órgãos externos com a comunidade (PINHEIRO, 2004). A elaboração do diagrama consiste em uma divisão em 6 níveis, de dentro para fora, sendo o primeiro o mais próximo da comunidade. Nesse sentido, os órgãos que ficam fora do Diagrama, de acordo com a opinião dos indígenas, são os mais distantes deles.

Figura 2 – Elaboração do Diagrama de *Venn*



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Os resultados acerca das relações institucionais, obtidos a partir do Diagrama de *Venn*, demonstraram que a Associação de Moradores do Vale do Catu (Canguaretama e Goianinha), EMATER, a Usina Estivas, a prefeitura de Goianinha, o posto de saúde, a FUNAI, o IFRN, a UFRN e a COSERN contemplam o primeiro nível (cor branca) de relação com a comunidade.

Nesse nível, destaca-se a FUNAI por realizar apoio tido como essencial para a chegada de benefícios e de suporte quanto aos conflitos existentes com o setor sucroalcooleiro. Destacam-se, também, o IFRN e a UFRN, que, segundo os moradores, são de extrema relevância para o reconhecimento indígena, por meio de trabalhos científicos e de projetos de extensão na comunidade, o que pode ser explicitado na fala do indígena A. (2018): “Agradecemos demais ao IFRN e UFRN por serem nossos parceiros. Era pra ter um pedestal pra gente colocar eles aqui. Divulgam nossa cultura indígena pra todo o RN.”

O segundo nível (cor amarela) foi composto pela igreja católica, pela igreja evangélica, pelo sindicato de trabalhadores e pela usina localizada na cidade de Baía Formosa (Grupo Ecoçúcar), que, apesar de mais distante da comunidade indígena, a emprega. Durante a discussão, a partir de religiões no segundo nível, houve falas que explicaram o porquê de algumas pessoas não participarem da tradicional festa na comunidade indígena, conforme relata o indígena B. (2018): “Algumas pessoas não participam dos rituais indígenas devido o envolvimento com determinadas religiões e isso atrapalha a cultura local que, dentre outras coisas, agradece a produção ao Deus Tupã em épocas de colheita.”

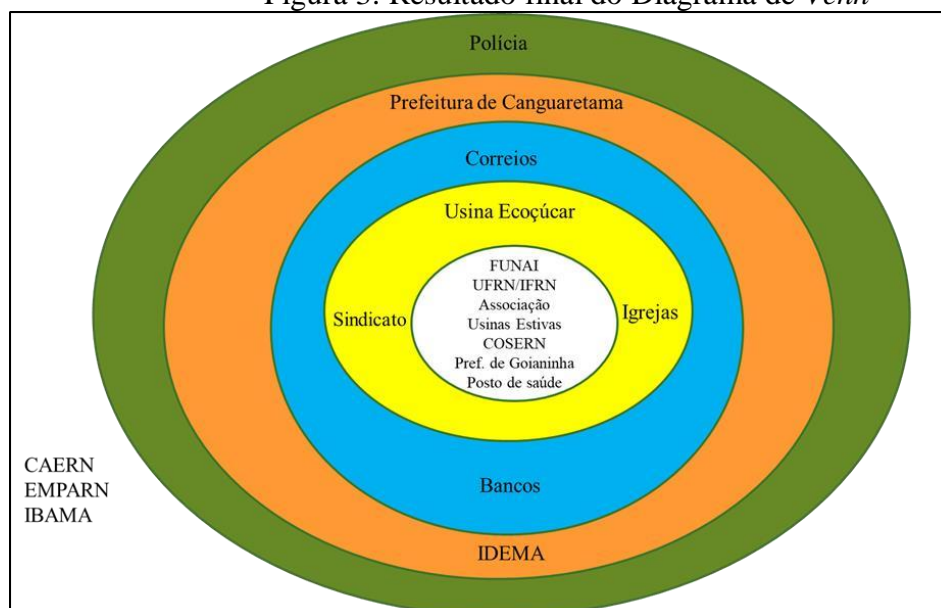
Em sequência, no terceiro nível (cor azul), encontram-se órgãos como correios e banco. Segundo relato dos moradores, tais serviços não chegam à comunidade de forma eficaz, pois não há agência bancária próximo. Os indígenas enfatizaram, ainda, a ausência de crédito rural ao pequeno agricultor. Segundo eles, esses investimentos tornam-se, a cada dia, mais difíceis e burocráticos, de forma que são beneficiados apenas os “grandes” produtores. Essa situação está explicitada na fala do indígena C. (2018): “O banco aqui só ajuda o que já tem dinheiro, nós pequenos não somos nem vistos por eles”. Já em relação ao serviço de correios, os sujeitos destacam que fora instalado somente no ano de 2018 na comunidade, junto a um posto de saúde.

O quarto nível (cor laranja) engloba o IDEMA e a prefeitura de Canguaretama, os quais, segundo os moradores locais, não possuem grande relação com a comunidade por não terem uma presença cotidiana nela. Enfatizam, ainda, que apesar de possuírem uma vereadora que reside no Catu, pertencente ao município de Canguaretama, a presença de benefícios ou políticas de melhoria para as condições de vida não se concretizou. Ainda nesse contexto, os indígenas destacam a ausência de fiscalização pelo IDEMA quanto às questões de desmatamento e de poluição do rio Catu por parte de empresas, já denunciadas pelos moradores. Assim, por fazer parte de uma Área de Preservação Ambiental (Piquiri-Una), a comunidade deveria contar com uma maior presença do instituto, conforme relata o indígena D. (2018): “Já houve denúncias de desmatamento e poluição por essas empresas. Tanto a usina quanto essa nova que chegou de cerâmica poluem nosso rio e o IDEMA não faz nada.”

Em relação ao quinto nível (cor verde), notou-se que ele se destinou apenas à polícia, que, na visão dos membros da comunidade indígena Catu, é bastante ausente. Eles relataram que ela vai até o ambiente apenas quando há alguma ocorrência ou evento cultural.

Nesse viés, a CAERN, a EMPARN, e o IBAMA ficaram fora do Diagrama porque, segundo os moradores, nada contribuem e não se fazem presentes na comunidade. É importante destacar que a água encanada utilizada nas residências é oriunda de poço artesiano, sob administração da Associação de Moradores do Vale do Catu, conhecida como “Associação da água”. Essa associação se mantém pela afiliação de seus moradores através de uma taxa simbólica de R\$ 10,00 (dez reais).

Figura 3: Resultado final do Diagrama de Venn



Fonte: Elaboração própria (2019).

O Diagrama de Venn permitiu uma discussão entre os participantes até uma posição consensual, além da caracterização das relações institucionais existentes com a comunidade indígena Catu, em um processo participativo. Tal caracterização aponta, por sua vez, para a

ausência de alguns órgãos que, em tese, são essenciais à comunidade, a exemplo do IDEMA, do IBAMA e da EMPARN.

Além disso, a discrepância nas relações entre as prefeituras de Goianinha e de Canguaretama com a comunidade também obteve destaque. Enquanto esta foi apontada pelos moradores como ausente, ocupando o quarto nível, aquela possui a aprovação dos moradores, ocupando o primeiro nível.

É importante salientar, também, que durante o processo de discussão do DRP, demonstrado na Figura 4, foi explicitado que determinados órgãos se fazem mais presentes a depender da época do ano, fato este atrelado a condições climáticas, a datas comemorativas e a movimentos indígenas e políticos.

Figura 4 – Realização da oficina participativa na escola indígena João Lino



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Em seguida, na aplicação da árvore de problemas, ferramenta que relacionou os principais problemas apontados pelos indígenas às suas causas, bem como suas consequências, a contaminação do rio por agrotóxico foi um dos problemas mais destacados pela comunidade. As causas deste problema foram relacionadas às plantações de cana-de-açúcar às margens ou em outras proximidades do rio Catu, fator que culmina na morte de animais, no prejuízo à cadeia alimentar, na poluição da fonte de água e na diminuição de espécies de peixes. Por outro lado, outro problema constante diz respeito às queimadas, associadas à coleta de lixo ineficiente e ao preparo inadequado do solo para plantio. Como consequência disso, foram evidenciados o empobrecimento do solo, os problemas respiratórios, a perda de fauna e flora e o risco de incêndios.

Além disso, o desmatamento constitui-se também como um dos principais empecilhos enfrentados pela comunidade. Segundo relatos de seus membros, o problema é causado por atividades econômicas (carvão), pela monocultura da cana-de-açúcar, pelo tráfico ilegal de madeira, pelo consumo de lenha e pela ausência de fiscalização. As suas consequências evidenciam a erosão e o empobrecimento do solo, o assoreamento do rio, a redução na oferta de frutas e de animais silvestres que favorecem a subsistência, o comprometimento da qualidade da água devido ao uso intensivo de agrotóxicos e a abertura para novas invasões.

Também o desemprego é visto, pelos indígenas, como um problema, com causas alicerçadas na mecanização da mão-de-obra do setor sucroalcooleiro, o que culmina em um aumento da criminalidade. Nesse aspecto, o indígena E. (2018) afirmou:

No início da instalação da usina, muita gente dizia que seria uma grande vantagem pra nós. Que emprego não ia faltar. E realmente tinha, mas depois

da chegada das máquinas, quase ninguém trabalha mais. Antes saía ônibus lotado pra usina, hoje não lota uma van.

Um outro contratempo apresentado pela comunidade é a falta de demarcação das terras indígenas. Os moradores relataram a ausência de políticas públicas eficientes que dão prioridade à questão, o que possui, como consequência, a fragilidade/dizimação dos povos. Nesse aspecto, Luiz Katu afirma que o grande problema para combater os impactos ambientais e proteger a cultura e o povo é a falta de demarcação. A terra é, para eles, sagrada, mas as empresas só querem destruí-la para obter lucro.

O assoreamento e a poluição do rio também foram debatidos pela comunidade, e a retirada da mata ciliar junto à falta de sensibilidade local são, respectivamente, as principais causas desses males. Como consequências, foram apontadas a fragilidade da própria comunidade devido ao desaparecimento de espécies, o risco crescente de doenças e a diminuição da oferta de água, conforme explicita o indígena F. (2018): “Antigamente, tinha muitas espécies de peixes e crustáceos, mas hoje quase ninguém pesca. O que antes fazia parte da rotina diária da comunidade indígena, hoje muito pouco se vê alguém praticando a pesca no rio”. Além desses problemas, a iluminação pública precária é um outro entrave preocupante para os indígenas, que se dá pela negligência dos órgãos públicos responsáveis, resultando em insegurança, principalmente durante o horário noturno. Por fim, a erosão do solo foi apontada também como um problema, causado pela retirada da cobertura vegetal e pelo uso inadequado do solo, o que culmina na perda de fertilidade.

No processo de discussão da oficina, foi aplicada, por último, a Matriz FOFA. Essa técnica possibilitou a visualização das condicionantes internas e externas que contribuem para melhorias nas condições de vida da comunidade indígena, e também das condicionantes internas e externas que as impedem, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Condições favoráveis e adversas à melhoria de vida na comunidade indígena Catu

AMBIENTE INTERNO		AMBIENTE EXTERNO	
FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Agricultura familiar	Conflitos internos	IFRN / UFRN / FUNAI	Usinas
Natureza	Desunião no movimento indígena	Ecofeira (PIPA)	Mecanização da mão-de-obra
Turismo pedagógico	Má comunicação	Feiras livres (Canguaretama, Pedro Velho e Goianinha)	Criminalidade
Educação escolar indígena	Violência doméstica	Universidades (sistema de cotas)	Falta de consulta às lideranças locais
Cultura indígena	Filiações partidárias no movimento indígena	Comércio formal e informal	Falta de monitoramento ambiental
Associação de moradores	Ausência de cooperativa	Carcinicultura	Perseguição às lideranças indígenas

Fonte: Elaboração própria (2018).

Além da apresentação das condições que contribuem e que obstruem a melhoria de vida na comunidade indígena Catu, a partir da percepção dos próprios indígenas, durante a aplicação das Entrevistas Semiestruturadas realizadas em abril de 2018, apresentamos também os problemas prioritários obtidos através das entrevistas, elaborando, portanto, um ranking dos problemas que interferem nas condições de vida e bem-estar local, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Matriz de priorização de problemas

PROBLEMAS	PORCENTAGEM (Dos respondentes)	DIMENSÃO
Ausência de assistência técnica para o manejo de atividades agropecuárias	100%	Econômica
Desconhecimento acerca da área de proteção ambiental no qual a comunidade está inserida	94,5%	Educação
Inexistência de transporte próprio para escoamento da produção	86%	Econômico
Ausência em curso de capacitação/orientação sobre manejo de mata atlântica	83,5%	Ambiental
Baixo índice de escolaridade (fundamental incompleto)	72,5%	Educação
Exclusão em linhas de crédito rural	69%	Institucional
Ausência de assistência governamental no âmbito do bolsa família e do Programa Nacional de Agricultura Familiar	67%	Social
Falta de água para abastecimento residencial (sazonalmente)	55,5%	Institucional
Ausência de incentivos governamentais (doação de sementes)	44,5%	Social
Renda familiar abaixo de 2 salários	44%	Econômico
Via de acesso péssima	33,5%	Infraestrutura
Sempre ocorrem perdas por pragas nos cultivos	29,5%	Econômica
Emissão de qualquer tipo de contaminação no corpo d'água	28%	Saneamento
Não utilização de equipamentos de Proteção Individual nas atividades agropecuárias	27,5%	Social
Queimadas realizadas por usina e vizinhos	22,5%	Ambiental
Desmatamento	22,5%	Ambiental
Utilização de agrotóxicos pela usina e moradores	42,5%	Ambiental
Práticas de retirada da mata ciliar	22%	Ambiental

Queimam ou enterram resíduos	20%	Ambiental
Escassez hídrica para atividades agropecuárias	5,5%	Ambiental
Esgoto despejado no solo	5,5%	Ambiental
Assoreamento do rio Catu	5%	Ambiental

Fonte: Elaboração própria (2018).

Após a aplicação das entrevistas, a realização da Caminhada Transversal ocorreu no mês de abril de 2018, em conjunto com membros da comunidade, entre eles os que pertencem à Associação dos Moradores do Vale do Catu e os indígenas estudantes do IFRN – *campus* Canguaretama. Neste momento, foi possível perceber espécies da fauna e da flora, bem como de atividades desenvolvidas na própria comunidade.

Posto isso, o descarte de resíduos sólidos, aliado à cultura de lavagem de roupas no rio, foi observado como um problema relevante, considerando-se que o rio é utilizado para consumo humano, para dessedentação de animais e para a prática da agricultura. Em decorrência do processo de globalização, o descarte de resíduos constitui-se, então, como um dos graves problemas de comunidades rurais como está, trazendo sérias implicações para as condições de vida da comunidade indígena Catu.

Durante o percurso na via principal de acesso à comunidade indígena, foi relatado pelos sujeitos que a estrada carroçável, em períodos de estiagem, causa doenças respiratórias, em virtude do deslocamento de veículos e de sua proximidade em relação às casas, o que gera desconforto aos moradores locais. Foi apontado, ainda, que em períodos chuvosos as condições de acesso se agravam, comprometendo o deslocamento de pessoas e tráfego de veículos.

Apesar de a maioria das residências possuir fossas sépticas, foram observados esgotos a céu aberto em algumas delas, o que pode causar doenças, bem como a contaminação do lençol freático responsável pelo abastecimento da comunidade. Em nossa visita, também foi possível observar que as residências possuem eletrodomésticos, televisores, antenas parabólicas, água encanada e aparelhos celulares, características marcantes da área urbana. Isso se alinha ao dizer de Barbosa (2005) ao evidenciar que o meio rural vem passando por intensas modificações, advindas da própria globalização, que remetem à diversidade e fazem com que o meio rural seja também extensão da zona urbana.

Nesse sentido, pode-se afirmar, em um primeiro momento, que isso ocorre devido à proximidade da comunidade indígena com a zona urbana dos municípios de Goianinha e Canguaretama. Tal fator, por sua vez, pode culminar na perda crescente da identidade indígena, bem como na crescente quantidade de resíduos gerados, em virtude da facilidade de acesso aos produtos industrializados.

A Caminhada Transversal permitiu observar também que a comunidade indígena pratica agricultura, predominantemente de cunho familiar, piscicultura (criação de tilápias) e pequenas criações de bovinos, cavalos, suínos e aves, em locais improvisados. Constatou-se também que não há nenhum tipo de destinação adequada para os rejeitos dos animais, além de nenhum tipo de orientação acerca da construção dos tanques de tilápias.

Durante essa atividade, as conversas sempre remetiam a questões ambientais, o que deixou explícita a capacidade dos indígenas em indicar qual o caminho a ser seguido para a preservação do meio ambiente, bem como o conhecimento com relação ao rumo a ser seguido em questão de melhoria nas condições de vida. Eles próprios apontaram resultados de ações antrópicas que prejudicam a comunidade, dentre elas o descarte de embalagens no rio, os processos erosivos e o lixo acumulado.

Além desses aspectos, atividades recentemente instaladas no entorno da comunidade também foram mencionadas, como a instalação do polo industrial de Goianinha, localizado no

entorno da comunidade indígena, a chegada de empresas de grande potencial de degradação ambiental, a exemplo da cerâmica Elizabeth, além da própria usina e viveiros de camarão. É importante destacar que tais atividades não trazem grande percentual de empregabilidade, apesar da proximidade, para a comunidade indígena Catu, deixando explícito o processo histórico de exclusão que os aldeamentos indígenas têm enfrentado e resistido.

Desse modo, tais atividades podem causar problemas ecológico, social, cultural, econômico e de saúde, a saber, os problemas ambientais produzidos pela transformação de ecossistemas naturais para o desenvolvimento de atividades econômicas, muitas vezes impróprias e sem sentido para a vivência indígena. Na comunidade, foi diagnosticada a retirada da vegetação para a produção ilegal de lenha e a criação de animais próximo a fontes de captação de água.

Assim, a contaminação do rio pelos próprios moradores que jogam lixo e pela usina que, segundo os indígenas, utiliza agrotóxicos que percolam pelo solo nos plantios de cana-de-açúcar, é um agravante para as condições de vida da comunidade local. Segundo Rocha et al. (2012), o lixo descartado em comunidades rurais gera grandes impactos negativos por ser descartado em rios ou lagos. Devido à forte influência da zona urbana, o acesso a produtos industrializados é, portanto, comum, o que gera uma quantidade maior de resíduos.

Também foi apontado pelos participantes da caminhada que não existe um planejamento quanto ao uso da terra, ao passo que existem espaços de conservação da vegetação, pois estes são considerados locais sagrados. Esses espaços estão associados diretamente à produção dos principais cultivos da comunidade – são áreas próximas ao rio Catu, onde se cultiva macaxeira, batata-doce, feijão, milho, hortaliças, frutíferas, entre outros.

As soluções apontadas pelos moradores incluem políticas de assistência ao pequeno produtor indígena, criação de cooperativa para fortalecimento local, campanhas de educação ambiental, crédito para pequenos produtores, calçamento da via de acesso, orientações de manejo agropecuário através de cursos em parceria com órgãos governamentais, coleta legal mais frequente, maior fiscalização pelos órgãos responsáveis pela área, iluminação eficiente, maior aproximação da associação com a comunidade, maior preservação do rio através de ações coletivas e reflorestamento de áreas.

Dessa maneira, em resposta aos modelos degradantes de produção, a comunidade propôs um plano de ações que visam dissociar o desenvolvimento de atividades econômicas de práticas deletérias ao meio ambiente, a fim de se atingir o bem-estar e a sustentabilidade local, como pode ser visto no Quadro 2.

Quadro 2 – Plano de ações da comunidade indígena

PROBLEMAS	CAUSAS	EFEITOS	AÇÕES
Ausência de Cooperativa	Falta de organização coletiva da comunidade e de incentivos públicos	Enfraquecimento do poder de comercialização dos pequenos produtores devido à presença de atravessadores	Organização sistemática entre os indígenas da comunidade e o poder local visando o estabelecimento da cooperativa
Ausência de assistência no manejo agropecuário	Falta de compromisso do poder público com a comunidade indígena	Enfraquecimento da produtividade indígena frente ao mercado concorrente	Envolvimento da secretaria de agricultura municipal através de um calendário periódico de acompanhamento da produção

Pouca utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs) nas atividades agrícolas	Recursos financeiros escassos e ausência de assistência técnica	Acidentes de trabalho regulares, tais como: cortes, picadas de insetos/animais peçonhentos e machucados.	Parceria com o Instituto Federal e com a prefeitura para a realização de conscientização sobre o uso correto dos EPIs nas diferentes atividades
Baixa escolaridade	Ausência de programas de alfabetização de jovens e adultos	Pessoas com baixos níveis de conhecimentos e de interesse em desenvolver novas habilidades	Desenvolver uma parceria com o IFRN visando a alfabetização de indígenas.
Ausência de demarcação de terras	Falta de compromisso do poder público	Invasões e posse de terras por usina e fazendeiros	Cobrança de agilidade no prosseguimento do processo de demarcação de terras junto à FUNAI
Ausência de monitoramento ambiental	Ausência de órgãos ambientais	Degradação ambiental	Reivindicação formal do movimento indígena visando a presença constante dos órgãos ambientais
Via de acesso precária	Ausência de investimentos em infraestrutura pelo poder municipal	Dificuldade no escoamento da produção, doenças respiratórias e riscos à segurança	Reivindicação, através de audiência pública, de parceria público-privada com a usina que utiliza as vias de acesso para construção do calçamento
Ausência de assistência técnica e de crédito rural	Políticas públicas deficientes	Deficiências produtivas e limitação de crescimento	Ações de manejo a partir do poder público local e política de incentivo no tocante a ferramentas e insumos
Escoamento da produção através de fretamento de particulares	Ausência de incentivos do poder público local	Perda do poder de concorrência da comunidade	Estabelecimento de uma parceria entre prefeitura e comunidade visando a facilitação do escoamento da produção
Renda familiar abaixo de 3 salários	Pouca empregabilidade nas atividades predominantes da região	Baixo poder de investimento em melhorias produtivas	Organização com o poder público visando políticas de incentivo ao pequeno produtor
Baixo índice de agricultores participando do crédito rural	Ausência de assistência técnica governamental	Limitações produtivas de crescimento	Parcerias institucionais visando uma política de assistência efetiva

Fonte: Elaboração própria (2018).

As atividades do DRP revelaram as potencialidades oriundas da cultura indígena e de atividades econômicas desenvolvidas; problemas relativos à ausência de políticas públicas e de articulação interna entre os indígenas, bem como soluções apontadas pela própria comunidade visando a melhorias das condições de vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos neste estudo, a partir da percepção dos indígenas acerca das condições de vida da comunidade Catu, foram imprescindíveis para a visualização e proposição de melhorias da situação vivencial em que ela se encontra. Foi possível, dessa forma, a ascensão dos sujeitos envolvidos, que foram de mero coadjuvantes a protagonistas de ações a serem realizadas em benefício do seu próprio desenvolvimento.

O processo participativo foi propício à edificação do conhecimento científico de baixo para cima, permitindo, assim, uma interpretação eficaz das condições de vida na comunidade indígena Catu em um processo lúdico que favoreceu a empatia entre os indígenas e o pesquisador.

Apesar dos problemas identificados na comunidade estudada, o conhecimento indígena revelou-se de extrema relevância à sociedade, em virtude do respeito à preservação do meio ambiente, isto é, à “mãe natureza”. Incumbe-se, então, aos órgãos públicos e à comunidade local, a construção de relações recíprocas em busca de um compromisso com o futuro, o que perpassa, obrigatoriamente, pela demarcação das terras indígenas e ações de sustentabilidade.

Nesse sentido, como dito anteriormente, a presente pesquisa possui relevância para a ciência ambiental ao preencher uma lacuna sobre as condições de vida na comunidade indígena Catu e suas singularidades. Assim sendo, o presente estudo permitiu a visualização de problemas e de ações que viabilizem novos estudos, a exemplo de um planejamento ambiental ou um planejamento turístico rural para os sujeitos em questão.

Destarte, o caminho a ser trilhado rumo à sustentabilidade atinge o empoderamento de povos indígenas, dando-lhes vez e voz, em estratégias de desenvolvimento que almejam a diminuição de disparidades. Isso deve ser feito por meio de políticas e práticas que culminem em progressivas melhorias nas condições de vida da comunidade. Desse modo, é possível dissociar o crescimento econômico de práticas deletérias ao meio ambiente, garantindo, por consequência, comunidades estáveis, resilientes e democráticas.

REFERÊNCIAS

ANYAEGBUNAM, C. et al. **Manual diagnóstico participativo de comunicación rural:** omenzando con la gente. 2. ed. Roma: FAO, 2008.

ARAÚJO; W. A. de; et al. Desenvolvimento local, turismo e populações tradicionais: elementos conceituais e apontamentos para reflexão. **Revista Interações**, Campo Grande, v. 18, n. 4, p. 5-18, 2017. Disponível em: <http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/1392>. Acesso em: 9 jan. 2019.

ARRUTI, J. M. A. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 7-38, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000200001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 9 mai. 2019.

ARRUTI, J. M. A. Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 57-94, 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1995/1134>. Acesso em: 12 fev. 2019.

BARBOSA, G. L. M. **Gerenciamento de resíduo sólido**: assentamento Sumaré II, Sumaré-SP. 2005. Dissertação (Mestrado em saneamento e ambiente) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Campinas, Campinas, 2005.

BROSTOLIN, M. R. Desenvolvimento e educação em comunidades indígenas: uma parceria necessária. **Revista Interações**, Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 21-24, 2002. Disponível em: <http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/2060/1533>. Acesso em: 8 jan. 2019.

BEZERRA; N. X. (Org.). **Artesanato potiguara**: Catu dos Eleotérios e Sagi Trabanda. Natal: Ed. IFRN, 2017.

CASCUDO, L. da C. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Ministério de Educação de Cultura, 1955.

CAVIGNAC, J. A etnicidade encoberta: “índios” e “negros” no Rio Grande do Norte. **Mneme**, v. 4, n. 8, p. 1, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/167>. Acesso em: 8 jul. 2019.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAMBERS, R. Responsible well-being — A personal agenda for development. **World Development**, v. 25, n. 11, p. 1743-1754, 1997. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X97100018>. Acesso em: 12 fev. 2019.

CHAMBERS, R. Rural Appraisal: rapid, relaxed and participatory. Brighton: **IDS Publications**, 1992.

CHAMBERS, R. Participatory rural appraisal (PRA): analysis of experience. **World Development**, v. 22, n. 9, p. 1253-1268, 1994. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0305750X94900035>. Acesso em: 10 mai. 2019.

FICHTER, J. H. Definições para uso didático. In: FERNADES, F. **Comunidade e sociedade: leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação.** São Paulo: EDUSP, 1973.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Conferência nacional dos povos indígenas.** Brasília: FUNAI/CGDTI, 2006, 62p.

GALLOIS, D. T. Cultura “indígena” e sustentabilidade: alguns desafios. **Tellus**, v. 5, n. 9, p. 29-35, 2005. Disponível em: <http://www.tellus.ucdb.br/index.php/tellus/issue/view/8>. Acesso em: 11 jan. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57- 63, 1995. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/267687750/Indrotucao-a-Pesquisa-Qualitativa-Godoy>. Acesso em: 15 fev. 2019.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA). **Perfil do seu Município-Canguaretama.** Natal: 2008.

LELIS, C. R. da S.; LIMA, F. do N. Sustentabilidade e identidade indígenas: Um roteiro pela trilha do Catu. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Anais eletrônicos.** Campina Grande, 2015. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA10_ID7354_08092015181532.pdf. Acesso em: 10 abr. 2018.

LEMOS, V. de.; MEDEIROS, T. **Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte.** Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – Ministério de Educação e Cultura, 1980.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS, T. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte.** Natal: Imprensa Universitária, 1973.

MEDEIROS FILHO, O. de. **Aconteceu na capitania do Rio Grande.** Natal: Departamento Estadual de Imprensa, coleção cultura n° 2, 1997.

NARAYANASAMY, N. **Participatory rural appraisal**: principles, methods and application. Nova Delhi: SAGE Publications, 2009.

OLABUENAGA, J. I. R.; ISPIZUA, M.A. **La descodificación de la vida cotidiana**: métodos de investigación cualitativa. Bilbao: Universidad de deusto, 1989.

PINHEIRO, S. L. G. **Diagnóstico participativo (DRP)**: uma experiência acadêmica com agricultores familiares das comunidades rurais de Rio do Sul e Rio da Prata, Anitápolis, Santa Catarina. Florianópolis: EPAGRI, 2004.

ROCHA, A. C. et. al. Gestão de resíduos sólidos: domésticos na zona rural: a realidade do município de Pranchita – PR. **Revista de Administração da UFSM**, v. 5, n. 4, p. 699 – 714, 2012.

SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, C. M. M. da. **“Em busca da realidade”**: a experiência da etnicidade dos Eleotérios (Catu/RN). 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SILVA, G. C. F. da. **“Nós, os potiguara do Catu”**: emergência étnica e territorialização no Rio Grande do Norte (Século XXI). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **Af - Revista PMKT**, p. 20-27. set. 2009. Disponível em: https://revistapmkt.com.br/Portals/9/Edicoes/Revista_PMKT_003_02.pdf . Acesso em: 7 abr. 2018.

TOLEDO, V. M. et al. The multiple use of tropical forests by indigenous peoples in Mexico: a Case of Adaptive Management. **Conservation Ecology**, v. 7, n. 3, 2003.
VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Secretaria de Agricultura Familiar, 2006.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WEID, J. M. V. **Diagnósticos rápidos participativos de agroecossistemas (DRPA)**. Rio de Janeiro: Alternativas AS-PTA, 1991.